



Simulado Final

TRF 6

CARGO 23: ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA

SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRF-6 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cmHAGF86efWhkqcGA>

| | | | | | | | |
|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|
| 01 - CE | 16 - CE | 31 - CE | 46 - CE | 61 - CE | 76 - CE | 91 - CE | 106 - CE |
| 02 - CE | 17 - CE | 32 - CE | 47 - CE | 62 - CE | 77 - CE | 92 - CE | 107 - CE |
| 03 - CE | 18 - CE | 33 - CE | 48 - CE | 63 - CE | 78 - CE | 93 - CE | 108 - CE |
| 04 - CE | 19 - CE | 34 - CE | 49 - CE | 64 - CE | 79 - CE | 94 - CE | 109 - CE |
| 05 - CE | 20 - CE | 35 - CE | 50 - CE | 65 - CE | 80 - CE | 95 - CE | 110 - CE |
| 06 - CE | 21 - CE | 36 - CE | 51 - CE | 66 - CE | 81 - CE | 96 - CE | 111 - CE |
| 07 - CE | 22 - CE | 37 - CE | 52 - CE | 67 - CE | 82 - CE | 97 - CE | 112 - CE |
| 08 - CE | 23 - CE | 38 - CE | 53 - CE | 68 - CE | 83 - CE | 98 - CE | 113 - CE |
| 09 - CE | 24 - CE | 39 - CE | 54 - CE | 69 - CE | 84 - CE | 99 - CE | 114 - CE |
| 10 - CE | 25 - CE | 40 - CE | 55 - CE | 70 - CE | 85 - CE | 100 - CE | 115 - CE |
| 11 - CE | 26 - CE | 41 - CE | 56 - CE | 71 - CE | 86 - CE | 101 - CE | 116 - CE |
| 12 - CE | 27 - CE | 42 - CE | 57 - CE | 72 - CE | 87 - CE | 102 - CE | 117 - CE |
| 13 - CE | 28 - CE | 43 - CE | 58 - CE | 73 - CE | 88 - CE | 103 - CE | 118 - CE |
| 14 - CE | 29 - CE | 44 - CE | 59 - CE | 74 - CE | 89 - CE | 104 - CE | 119 - CE |
| 15 - CE | 30 - CE | 45 - CE | 60 - CE | 75 - CE | 90 - CE | 105 - CE | 120 - CE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/tvBq>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A maioria dos brasileiros (81%) enxerga o aquecimento global como um problema importante, conforme mostrou pesquisa Ipec realizada em 2021. Apesar disso, apenas 2 em cada 10 dizem estar bem informados sobre o tema — um déficit que abre espaço para a desinformação.

Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento. Entrevistas com grupos focais realizadas pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ sugerem que as pessoas gostariam de saber mais sobre o problema e, principalmente, sobre suas soluções. Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, isso não basta — e elas sabem. Percebe-se, portanto, uma lacuna entre a escala do problema e as saídas vislumbradas pelo senso comum.

"A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer. Ou fechamos um pacto de solidariedade climática ou um pacto de suicídio coletivo", alertou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, na abertura da 27ª Conferência sobre as Mudanças Climáticas (COP27).

Ainda que as responsabilidades dos países sejam desiguais, todos nós somos parte do problema. Logo, precisamos ser parte da solução. Do contrário, deixamos um terreno fértil para a angústia e a alienação (que são ingredientes do negacionismo). Como dizia Bruno Latour, negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar.

A expectativa é que a COP27 seja a conferência da implementação — aquela que vai colocar os acordos em prática. Isso torna ainda mais urgentes estratégias para aumentar a participação da população — especialmente da juventude — na agenda climática. A cada COP, o artigo 6 da Convenção das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (que defende habilitar a sociedade a ser parte da solução por meio da educação e da conscientização) é

retomado em termos mais enfáticos. Foi criada uma Ação para Empoderamento Climático (ACE, em inglês), com o objetivo de fomentar o engajamento da sociedade, por meio da educação climática, da conscientização e da participação pública e do acesso à informação.

No ano passado, em Glasgow, foi aprovado um programa de trabalho para fortalecer essa ação, com orientações para que os países incorporem o tema das mudanças climáticas ao currículo de todos os níveis de ensino, de modo transversal, inclusive saberes tradicionais e dos povos originários; treinem professores de todas as áreas para abordar o tema; formem uma força de trabalho adaptada aos desafios da transição para uma economia de baixo carbono; empoderem sua juventude para participar das decisões da agenda climática; integrem suas estratégias de educação às políticas públicas e compartilhem suas experiências internacionalmente.

[...]

A educação climática é uma ferramenta-chave para a popularização e a democratização da agenda climática, que precisa se tornar mais enraizada na sociedade. Só assim, incorporando ações de baixo para cima, poderemos ser parte da solução — uma vacina contra a tentação de fugir do problema por ele ser grande demais.

- 01. De acordo com o texto, a educação climática pode ser uma ferramenta eficaz para combater a alienação e o negacionismo em relação às mudanças climáticas.**
- 02. De acordo com o texto, os saberes tradicionais e dos povos originários geralmente são excluídos das orientações sobre mudanças climáticas.**
- 03. Infere-se do texto a proposta de inserir a questão das mudanças climáticas de forma integrada, permeando várias disciplinas do currículo, como ciências, geografia, história, português, para que os alunos compreendam sua relevância em diferentes contextos e perspectivas.**

04. No primeiro período do texto, o verbo 'enxerga' poderia corretamente ser substituído por 'enxergam', sem alterar a informação original do texto.
05. No primeiro período do texto, a conjunção 'conforme' pode ser corretamente substituída por 'à medida que'.
06. No primeiro parágrafo, a expressão 'Apesar disso' poderia ser substituída por 'À despeito disso'.
07. No segundo parágrafo, a expressão 'Ainda que' poderia ser corretamente substituída por 'Conquanto'.
08. No primeiro parágrafo, seria provocada uma incorreção gramatical se o travessão fosse substituído por vírgula.
09. No trecho 'Pesquisas qualitativas indicam uma insatisfação das pessoas com sua própria falta de conhecimento', os termos destacados exercem função de adjunto adnominal e complemento nominal respectivamente.
10. No segundo parágrafo, no trecho 'Ainda que separem o lixo e estejam dispostas a mudar hábitos de consumo, **isso** não basta — e **elas** sabem', os pronomes 'isso' e 'elas' retomam, respectivamente, **ação de separar o lixo e de estarem dispostas a mudar hábitos de consumo e pessoas**.
11. No final do segundo parágrafo, a conjunção 'portanto' poderia ser corretamente substituída por 'pois', sem alterar o sentido original.
12. No final do segundo parágrafo, a expressão 'Percebe-se' poderia ser substituída por 'É percebido'.
13. No trecho 'A humanidade tem uma escolha: cooperar ou perecer', os verbos 'cooperar' e 'perecer' poderiam ser substituídos corretamente, com manutenção do sentido, por 'colaborar' e 'sucumbir'.
14. No quarto parágrafo, a expressão 'todos nós' abrange **todas as pessoas que contribuem, direta ou indiretamente, para o problema das mudanças climáticas**
15. No quarto parágrafo, o trecho 'negar as mudanças climáticas também é um recurso daqueles que preferem escapar de uma realidade com a qual não sabem lidar' poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma, com manutenção do sentido: **A negação das mudanças climáticas é, igualmente, uma estratégia adotada por quem busca evitar enfrentar uma realidade que não sabem como encarar.**
16. No início do quinto parágrafo, a expressão 'é que' é classificada como elemento de realce, que pode ser retirado da oração sem prejuízo.
17. No segundo período do quinto parágrafo, o termo 'urgentes' poderia ser flexionado no singular 'urgente', sem prejuízo para a correção.
18. No início do sexto parágrafo, as vírgulas isolam duas expressões adverbiais que se encontram deslocadas em relação à ordem.
19. No sexto parágrafo, todas as ocorrências de ponto e vírgula poderiam ser substituídas por vírgula, mantendo a correção gramatical.

20. No último parágrafo, a partícula 'se' poderia ser corretamente deslocada para depois do verbo 'tornar', mantendo a correção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

21. O Policial Rodoviário Federal Roberto foi acusado de desviar conduta ética em sua vida privada, com impactos diretos na sua imagem como servidor público. No procedimento, foi argumentado que a conduta do policial não dizia respeito à Administração Pública, pois ocorreu fora do ambiente de trabalho. Com base nos preceitos éticos do Decreto nº 1.171/1994, a Administração Pública só pode avaliar a conduta privada do servidor público nos casos de crimes comprovados, sem considerar o impacto ético ou moral.

22. Joana é servidora pública federal e, além de cumprir rigorosamente suas atribuições funcionais, participa ativamente de projetos comunitários em sua cidade, promovendo palestras sobre direitos dos cidadãos e formas de acesso aos serviços públicos. Seu superior, no entanto, questionou se essa atuação extrapolava os limites de seu cargo. Com base nos princípios éticos e de cidadania ativa previstos na administração pública, a atuação de Joana está em conformidade com os princípios éticos da administração pública, pois demonstra comprometimento com o bem comum e os interesses da sociedade.

23. Maria, servidora pública federal, foi convidada a participar de um evento acadêmico sobre democracia e direitos humanos. Durante o debate, Maria afirmou que a justiça social é essencial para o fortalecimento da democracia, mas que a ética administrativa ainda enfrenta desafios para garantir igualdade de acesso a serviços públicos. Suas declarações geraram questionamentos de outros participantes, que interpretaram suas falas como uma crítica à administração pública. Com base nos princípios de ética, justiça e democracia,

Maria cometeu um erro ético ao criticar a administração pública, pois a função de servidores públicos é defender as instituições em qualquer contexto.

24. O servidor João foi designado para atuar em uma repartição pública de atendimento ao cidadão. Durante seu expediente, ele frequentemente deixava de priorizar a resolução de atrasos no setor, além de demonstrar pouca cortesia ao interagir com os usuários. Um cidadão apresentou uma reclamação formal sobre sua conduta, argumentando que o comportamento de João violava os deveres éticos do servidor público. Com base nos princípios ético, João deveria priorizar a resolução de atrasos no atendimento, garantindo rapidez e eficiência para evitar dano moral aos usuários.

25. O servidor público Pedro, lotado em um órgão de fiscalização, utilizou informações obtidas em relatórios internos para beneficiar financeiramente um amigo próximo em uma licitação pública. Além disso, foi constatado que Pedro solicitou um prêmio em dinheiro a um fornecedor em troca de celeridade na aprovação de um processo. Com base nos deveres éticos e nas vedações impostas aos servidores públicos, Pedro violou o Código de Ética ao fazer uso de informações privilegiadas e solicitar vantagens financeiras, o que é expressamente proibido.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

Tomando por base os preceitos éticos e as disposições legais sobre atos lesivos à Administração Pública, julgue os itens a seguir.

26. Servidor público efetivo que praticar ato violador do código de ética se sujeitará à pena de advertência verbal, a ser efetivada pela Comissão de Ética.

27. Em razão da prática de atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, o poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, mediante processo judicial ou administrativo.

28. A celebração do acordo de leniência da Lei 12.846/2013 beneficiará a pessoa jurídica leniente com a redução em até 2/3 do valor do dano causado ao erário.

Tomando por base os preceitos normativos sobre servidores públicos, julgue os itens a seguir.

29. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado por dar ciência quanto à prática de crimes de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo.

30. Caso seja detectada infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, a autoridade administrativa, após a devida apuração dos fatos, não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO*Carlos Henrique*

Considere o seguinte argumento lógico:

p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;

p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;

p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos; e,

p4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro

p5: Carla não vai à igreja aos domingos

Diante do exposto, julgue os itens seguintes:

31. A proposição “Carla e João irão ao Rio de Janeiro” é verdadeira.

32. Nem João é ateu, nem Carla é evangélica

Seja o seguinte argumento:

Todo homem é mortal.

Nenhum mortal é pedra.

Logo, nenhum homem é pedra.

33. O argumento não é um silogismo

34. O termo médio é a expressão “mortal”

Considere:

As estatísticas criminais do estado de São Paulo relativas a abril apontam aumento em quase todos os crimes com exceção dos homicídios, que caíram. [...]

O homicídio tem sido um importante termômetro da efetividade das ações públicas na segurança: sua queda refletiria o aumento do investimento no policiamento.

Contudo, permanece sem resposta o motivo pelo qual o investimento no policiamento não produz efeitos sobre os demais crimes. Essa compreensão passa pelo entendimento da lógica dos diferentes crimes.

(Dias, Camila Nunes. Folha de S.Paulo, Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/05/1284840-analise-queda-doshomicidios-apontalogica-empresarial-de-bandidos.shtml>)

Julgue os itens seguintes:

35. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que o policiamento reprime apenas os crimes mais graves, favorecendo a atuação dos “ladrões de galinha”, que cometem pequenos delitos em que não têm contato direto com as vítimas.

36. Uma possível resposta ao questionamento feito no texto seria dizer que as organizações criminais estão mais sofisticadas: seguindo um modo de ação empresarial, que visa ao lucro, consideram que os homicídios expõem os criminosos e não trazem ganhos financeiros.

Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou que já passou.

A partir do texto, julgue os itens seguintes:

37. O autor deduz erroneamente que apenas os adultos podem alcançar a felicidade, ressentindo-se, assim, de não ter usufruído os fugazes momentos felizes da infância.

38. É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

Sobre os Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade, julgue os itens a seguir.

39. A teoria dos quatro status de Jellinek menciona que o indivíduo apresenta, dentre eles, o status negativo, caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos.

40. Os Direitos Fundamentais se diferem dos Direitos Humanos sobretudo pelo plano de positivação.

- 41.** Diante do cometimento de delito que viole gravemente a dignidade humana, o indivíduo poderá sofrer restrições quanto aos seus direitos humanos.
- 42.** Diante do compromisso firmado pela Agenda 2030, os países deverão construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- 43.** A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao trabalho às pessoas com deficiência, que deverá levar prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção.
- 44.** Em prol da implementação de ações afirmativas, o Município de Restinga Sêca/RS instaurou inúmeros equipamentos de ginástica acessíveis junto aos parques da cidade, porém sem observar a sinalização tátil e de alerta no piso, violando o que dispõe expressamente a Lei da Acessibilidade.
- 45.** Recente inovação normativa figura quanto ao grupo reconhecido como prioritário por lei, diante da adesão do doador de sangue, que receberá idêntica prioridade, assim que apresentar comprovante de doação, com validade de 120 (cento e vinte) dias.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

- 46.** O Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) convocou uma reunião do Conselho de Administração, mas surgiram dúvidas entre os servidores sobre a composição desse órgão colegiado. Com base no Regimento Interno, o Conselho é constituído pelos ocupantes dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral, Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais e pelos quatro integrantes mais antigos do Tribunal.
- 47.** No Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), a presidência de uma Turma será assumida por um novo magistrado. Durante a transição, um dos integrantes questionou os critérios para a escolha do presidente da Turma. Com base no Regimento Interno do TRF-6, a presidência será ocupada pelo magistrado escolhido por votação entre os membros da Turma ou Seção, com mandato de dois anos.
- 48.** O advogado de um cidadão impetrou um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), argumentando que a autoridade coatora era um magistrado de primeiro grau vinculado à jurisdição do Tribunal. Com base no Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração processar e julgar o habeas corpus.
- 49.** Um advogado apresentou uma reclamação ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) argumentando que um magistrado de primeiro grau paralisou injustificadamente o andamento de um processo sob sua responsabilidade, causando prejuízo à parte interessada. O advogado questionou se seria cabível interpor um recurso contra o ato ou se haveria outro mecanismo adequado. Com base no Regimento Interno, cabe interpor um recurso ordinário, previsto em lei, para corrigir a paralisação injustificada do processo.

50. Durante uma sessão virtual de julgamento no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), um desembargador pediu vista de um processo. Após análise, ele decidiu devolver o processo para prosseguimento na próxima sessão ordinária virtual. O prosseguimento do julgamento em sessão virtual subsequente dispensa nova inclusão em pauta, desde que seja na primeira sessão ordinária após a devolução do processo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca do direito administrativo, julgue o item a seguir.

51. As organizações da sociedade civil de interesse público assinam contrato de gestão com o poder público, no qual pode constar a previsão de cessão de servidores e bens públicos para o alcance de suas finalidades.

52. A desapropriação é uma forma de aquisição originária da propriedade, na medida em que a aquisição não está vinculada à situação jurídica anterior e o bem ingressa no domínio público livre de ônus, gravames ou relações jurídicas de natureza real ou pessoal.

53. No Brasil, não existe processo administrativo contencioso (ou contencioso administrativo), no sentido de que decisões em processos administrativos não produzem coisa julgada material.

54. O nepotismo, apesar de ser conduta reprovável e prevista em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, não consta expressamente na Lei de Improbidade Administrativa como sendo ato de improbidade administrativa.

Acerca das licitações públicas, do acesso à informação e da proteção aos dados pessoais, julgue os itens a seguir.

55. A aquisição, pela administração, de equipamentos fornecidos por representante comercial exclusivo, inviabiliza a competição entre mais de um interessado e acarreta a impossibilidade de realização da contratação com base na Lei 14.133/2021, devendo o contrato seguir os moldes do direito privado.

56. Nos termos da Lei de Acesso à Informação, tratando-se de informação parcialmente sigilosa, é assegurado conhecimento quanto à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

57. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé, garantindo, aos titulares, consulta facilitada mediante o pagamento das taxas correspondentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

58. O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.

59. O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

60. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

61. **Caso:** O Tribunal de Justiça do estado Alfa julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município Beta, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. **Assertiva:** A respeito do caso narrado, é correto afirmar que o Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.

62. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

63. O princípio da proibição da insuficiência é admitido pela doutrina brasileira e tem por finalidade a concretização dos direitos sociais, a partir da definição de um conteúdo mínimo de direitos fundamentais, que não pode ser suprimido pelo legislador sem que seja feita uma compensação adequada.

64. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a falta de norma regulamentadora sobre imunidade tributária de lojas maçônicas pode ser objeto de mandado de injunção.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

65. Segundo a Teoria do Fato Jurídico, um fato do mundo real que não preenche o suporte fático previsto na norma jurídica não será juridicizado, sendo considerado inexistente no plano jurídico.

66. A passagem do fato jurídico do plano da validade para o plano da eficácia implica necessariamente que ele produzirá todos os efeitos desejados pelas partes.

67. A nulidade de um negócio jurídico pode ser suprida pelas partes ou convalidada pelo decurso do tempo, desde que não prejudique terceiros de boa-fé.

68. A prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo juiz em qualquer situação, enquanto a decadência depende sempre de provocação da parte interessada.

69. A obrigação de dar coisa certa inclui seus acessórios, salvo disposição em contrário, mas não abrange as pertencas, a menos que haja estipulação específica.

70. A novação consiste em extinguir uma obrigação anterior e criar uma nova, sendo, portanto, incompatível com a manutenção de garantias da dívida original, salvo se houver previsão expressa em contrário.

71. O princípio da boa-fé objetiva impõe que as partes contratantes ajam com probidade e lealdade tanto na formação quanto na execução e encerramento do contrato, sendo irrelevante o estado de consciência ou a intenção do agente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

72. Em relação ao mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.

73. Em relação ao mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

A Defensoria Pública possui, como regra, legitimidade ativa para manejar pedido de Suspensão de Segurança ou Suspensão de Liminar e Sentença.

74. Em relação ao mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

Na ação popular, o prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), se preenchidos os requisitos legais.

75. Em relação ao saneamento e organização do processo, julgue o item a seguir.

Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

76. A respeito da sucessão das partes e dos procuradores, julgue o item a seguir.

A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes.

77. Em relação aos recursos, julgue o item a seguir.

Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

78. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir.

A mera alegação por uma das partes da necessidade de intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal em uma demanda entre pessoas privadas em trâmite na Justiça Estadual é suficiente para que haja o deslocamento de competência para a Justiça Federal.

DIREITO PENAL*Renan Araujo***Texto-base para os itens 79 a 81:**

Situação hipotética: Gabriel, reincidente, e Paulo, primário, ambos maiores e capazes, foram denunciados pelo MPF em razão do roubo a um caminhão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito. O fato teria ocorrido em Juiz de Fora-MG, nas imediações da BR-040. No curso do processo, o motorista da EBCT foi ouvido, tendo afirmado que temeu por sua vida, ante a arma apontada para sua cabeça. Gabriel confessou o crime, tal como narrado pela acusação, mas alegou que a arma utilizada no crime era um simulacro de arma de fogo, e não uma arma real. Todavia, a arma não foi apreendida e não pode ser periciada. Paulo permaneceu em silêncio.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

79. Assertiva: Gabriel e Paulo praticaram crime de roubo, majorado apenas pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

80. Assertiva: a confissão espontânea de Gabriel funcionará como atenuante genérica, mas o Juiz deverá compensá-la com a agravante da reincidência.

81. Assertiva: a apreensão e perícia da arma são indispensáveis para o reconhecimento da majorante relativa ao emprego do artefato.

82. Acerca da extinção da punibilidade, julgue o item a seguir:

O termo *a quo* do prazo de prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para ambas as partes.

83. Acerca dos efeitos da condenação, julgue o item a seguir:

O “confisco alargado” somente é cabível na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade.

84. Sobre os crimes contra a incolumidade pública, julgue o item a seguir:

O art. 268 do Código Penal, que tipifica o crime de infração de medida sanitária preventiva, veicula norma penal em branco que pode ser complementada por atos normativos infralegais editados pelos entes federados, sem que isso implique ofensa à competência privativa da União para legislar sobre direito penal.

85. Sobre os crimes em licitações e contratos administrativos, julgue o item a seguir:

O crime de frustração do caráter competitivo de licitação (fraude à licitação), tipificado no art. 337-F do CP, é considerado crime material, de maneira que a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário é indispensável para sua consumação.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Criminosa, e traz o regramento para a celebração do termo de colaboração premiada. Diante do exposto, julgue os itens de 86 a 87, abaixo:

86. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

87. A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público

De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, julgue o item abaixo.

88. Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade

89. De acordo com a Lei nº 10826/2003, o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido é punido com a pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção e multa.

90. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.

91. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.

92. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça o bem jurídico tutelado, dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, são a incolumidade pública e a paz social.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

93. Com base no que se refere ao inquérito policial, julgue o item a seguir.

A autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial caso o investigado tenha agido em legítima defesa.

94. Com base na conceituação de ampla defesa no processo penal, julgue a afirmativa a seguir.

Ao longo dos atos do processo de conhecimento, como uma exceção ao princípio do contraditório, a acusação poderá se manifestar após a defesa, como por exemplo, na oitiva das testemunhas da defesa, que serão inquiridas primeiramente pela própria defesa, para só então serem inquiridas pela acusação.

95. Acerca das provas no processo penal, julgue o item a seguir.

A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por dois peritos oficiais, que darão o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

96. Sobre o tema sujeitos do processo penal e as previsões contidas no CPP, julgue o item a seguir.

O acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.

97. E relação ao tema nulidades no processo penal, julgue o item a seguir.

As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante poderão ser supridas a todo tempo, antes da sentença final.

98. De acordo com o tema jurisdição, julgue o item a seguir.

O juiz estará impedido e não poderá exercer jurisdição no processo em que for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

99. Acerca do instituto da liberdade provisória, julgue o item a seguir.

A cassação da fiança poderá ocorrer com a inovação da classificação do delito tido, inicialmente, como afiançável.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

100. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não podem ter alíquotas ad valorem baseadas no faturamento ou receita bruta.

101. De acordo com a Lei 6.830/1980, julgue o item a seguir: A execução fiscal, para cobrança de dívida ativa, deve ser necessariamente processada em conjunto com inventário ou processo de falência, de forma a reunir todas as dívidas do devedor num único processo.

102. De acordo com a Lei 6.830/1980, julgue o item a seguir: A certidão de dívida ativa deve conter a data e número de inscrição da dívida, podendo ser dispensada a indicação do domicílio ou residência do devedor quando estes não forem conhecidos.

103. João realizou o pagamento de um tributo indevido e pretende solicitar a restituição desse valor. No entanto, a legislação tributária não prevê prazo para essa solicitação. Assim, João pode requerer a restituição no prazo de 10 anos.

104. Maria, contribuinte, foi autuada por infração à legislação tributária. No processo administrativo, não ficou comprovado que ela agiu com dolo ou fraude. Considerando tal situação, à luz do CTN, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente.

105. João, proprietário de um imóvel residencial, recebeu uma cobrança municipal referente à taxa de iluminação pública. Inconformado, ele questiona a legalidade dessa cobrança junto ao município.

Considerando a situação apresentada, julgue o item a seguir.

A cobrança pelo serviço de iluminação pública deve ser feita por meio de contribuição, não sendo possível sua instituição na forma de taxa.

106. Pedro pretende ingressar com ação judicial para discutir a exigibilidade de determinado tributo, mas a legislação exige o depósito prévio do valor questionado como condição para a admissibilidade da ação.

Considerando a situação apresentada, julgue o item a seguir.

A exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial para discutir crédito tributário é inconstitucional.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Adriana Menezes

107. O segurado especial não perderá o seu enquadramento junto ao RGPS se obtiver renda decorrente de exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural.

108. O benefício de salário-maternidade exige o cumprimento da carência mínima de 10 contribuições mensais para que seja concedido às seguradas contribuinte individual e facultativa do RGPS.

109. José, aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é casado com Maria há 20 anos. O casal reside em Belo Horizonte/MG com seus dois filhos - Mariana, com 10 anos de idade, e Felipe, com 15 anos, que possui deficiência intelectual. Caso José faleça na data de hoje, gerará pensão por morte para a esposa e seus dois filhos, cujo valor será correspondente a 80% do valor da aposentadoria que vinha recebendo o segurado.

110. De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a mãe servidora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade e, conseqüentemente, ao recebimento do benefício de salário-maternidade.

111. Segurado do RGPS que estiver em gozo do benefício da aposentadoria especial e continuar trabalhando poderá eventualmente acumular esse benefício com auxílio por incapacidade temporária, caso fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias consecutivos.

112. Por meio de lei complementar de iniciativa do respectivo Poder Executivo, a União, os estados, o DF e os municípios devem instituir regime de previdência complementar/para seus servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões em RPPS.

Com base na Lei n.º 12.618/2012, que dispõe sobre o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e na legislação relativa à previdência complementar, julgue o item seguinte.

113. Caso um servidor, participante da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) seja cedido para um órgão do Estado de Minas Gerais, com ônus para o cessionário, este deverá recolher à respectiva entidade fechada de previdência complementar a contribuição ao plano de benefício, nos mesmos níveis e condições devidas pelo patrocinador.

DIREITO AMBIENTAL

André Rocha

114. No Brasil, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre Direito Ambiental Constitucional, julgue a assertiva a seguir.

Na ausência de legislação específica da União, os estados podem exercer a competência legislativa plena sobre matéria ambiental.

115. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Sobre a PNMA, julgue o item a seguir.

O pagamento por serviços ambientais é um instrumento expresso da Política Nacional do Meio Ambiente.

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Sobre licenciamento ambiental, EIA/RIMA e a Resolução Conama nº 237/1997, julgue os itens 116 e 117.

116. O estudo de impacto ambiental deve, no mínimo, refletir as conclusões do relatório de impacto ambiental (RIMA).

117. Compete ao órgão estadual de meio ambiente o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental de âmbito regional.

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crimes ambientais, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Sobre responsabilidade ambiental, julgue os itens **118** e **119**.

118. André cometeu um crime ambiental na sua modalidade culposa, cuja pena prevista em lei é restritiva de direitos. Nesse caso, poderá haver a substituição por pena de realização de tarefas gratuitas junto a unidades de conservação caso a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

119. Para pessoas jurídicas, a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não pode exceder o prazo de cinco anos no caso de crimes dolosos.

120. Julgue o item a seguir sobre espaços territoriais especialmente protegidos.

A gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende três modalidades: a gestão direta, a destinação às comunidades locais e a concessão florestal.

Discursiva

Ricardo é servidor público. Insatisfeito com o rendimento de seu computador próprio, Ricardo resolve subtrair um computador pertencente a um particular, mas que se encontrava acautelado no Órgão público em que labora, fruto de uma apreensão realizada meses antes.

Como Ricardo não tinha acesso livre ao local em que estava o computador, aguardou o anoitecer e dirigiu-se até a sede do referido Órgão, juntamente com Lucas, seu primo, a quem solicitou ajuda para a empreitada criminosa. Lucas conhecia a condição pessoal de Ricardo.

Enquanto Lucas espera no carro, Ricardo se dirige à recepção do Órgão, oportunidade na qual se identifica e informa que esqueceu um pen-drive em sua sala, e tem o acesso liberado pelo vigilante. Uma vez dentro do prédio, Ricardo efetivamente subtrai o computador e o coloca na mochila, saindo pela porta da frente e indo embora juntamente com Lucas.

Uma semana depois, com medo de ser pego e perder o computador, Ricardo procura Júlio, seu irmão, e pede a ele para ficar com o computador por um tempo, até a “poeira baixar”. Júlio, irmão muito bondoso, aceita a proposta.

Três dias depois, Ricardo retorna e pega o computador com Júlio. Arrependido, Ricardo devolve o bem à repartição, sem que ninguém perceba.

Diante dos fatos narrados, responda de maneira fundamentada:

- a) Qual a responsabilidade penal de Ricardo, Lucas e Júlio? Há concurso de agentes na hipótese?
- b) Pela restituição da coisa, é cabível a extinção da punibilidade ou algum mecanismo de redução da pena?
- c) Aplica-se alguma causa pessoal de isenção de pena em relação a Júlio?

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
